

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
	Indiara Cardoso Guasti Jogas
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEJ	Luiz Carlos Picicione
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
BIOSS	Sidney José da Rosa
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano
	Cecília de Barros Aranha
	Felipe Gobet de Aguiar
	Viviane Maria Beduschi de Arantes
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa
IMA	Maria Cristina Souza Santos
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
SANASA	Luís Filipe Rodrigues
P.M. de Cabreúva	Henrique Martin (p/ Andrea Manami Yoshikawa)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
P.M. de Corumbataí	Lucilene de Aquino Siqueira
P.M. de Dois Córregos	Jefferson Cesar Padrin Filho
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Ipeúna	Márcio Antonio Gomes Ramos
P.M. de Itapeva	Gabriel Augusto Campos

P.M. de Itapeva	Marco Antonio Marchi (p/ Renato Gonçalves)
	Renato Gonçalves
P.M. Louveira	Nicolau Finamore Júnior (p/ Márcio Rogério Cardozo)
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracicaba	José Rubens Françaoso
P.M. de Rio Claro	João Teixeira Júnior (p/ Ricardo Pires de Oliveira)
	Ricardo Pires de Oliveira
P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira Montebello
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Luiz Roberto Moretti
	André Luiz Sanchez Navarro
Secretária de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SNSH/MDR	Roseli dos Santos Souza
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
UNICA	André Elia Neto

<i>Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
IGAM	Thiago Figueiredo Santana

Aos onze dias do mês de dezembro de 2020, por meio de videoconferência, foi realizada a 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 108 (cento e oito) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, e público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 19/11/2020. A abertura da reunião foi

realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião, passando a palavra para o Sr. Tiago Valentim Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou as orientações para conduta em reuniões por videoconferência e informou que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, a Sr^a. Laene Fonseca Vilas Boas, Vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1), cumprimentou e desejou um excelente trabalho a todos. Na sequência, o Sr. Moretti submeteu à apreciação dos membros a pauta da reunião,

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

encaminhada junto à convocação. Informou ser necessária a inclusão de um item de pauta, referente à apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que altera as alíneas “a” e “b”, do inciso II, do §1º do art. 7º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. O Sr. Moretti enfatizou que a inclusão de item de pauta é necessária em razão da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ ter verificado a necessidade de se prever a continuidade das ações da Comissão Eleitoral dos Comitês PCJ, para o mandato 2021-2023, nos casos de ausência ou impedimento de seu coordenador, designado conforme o inciso I, do §1º, do artigo 7º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. Em seguida, o Sr. Moretti questionou aos membros se havia alguma objeção referente à inclusão deste item. Não havendo manifestações, a pauta, com a inclusão do item mencionado, foi aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Informes. 2.1. da Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti informou que: **a)** Foi publicado pela Controladoria-Geral da União (CGU) o Relatório de Avaliação da Complexidade e Maturidade da Gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais, o qual destacou a atuação do PCJ FEDERAL por apresentar boas práticas identificadas entre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) interestaduais, obtendo a maior nota de maturidade de gestão entre os CBHs avaliados. O objetivo foi o de verificar como os CBHs interestaduais estão estruturados para o desempenho de suas atribuições institucionais, demonstrando gestão em conformidade com disposições da Lei Federal nº 9.433/97, de 8 de janeiro de 1997 e seus regulamentos. De todos os indicadores avaliados para a composição do Relatório, o PCJ FEDERAL não obteve a nota máxima apenas no componente de indicador “Implementação de Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos” (Ii); **b)** Em 18 de novembro de 2020, o CBH-PCJ comemorou 27 (vinte e sete) anos de instalação e atuando na gestão participativa dos recursos hídricos. O CBH-PCJ (comitê estadual paulista) é o mais antigo dos 3 (três) colegiados que compõem os Comitês PCJ. Os outros dois colegiados que integram os Comitês PCJ comemoraram aniversário de instalação em março, sendo que o PCJ FEDERAL (comitê federal) completou 17 (dezessete) anos e o CBH-PJ1 (comitê estadual mineiro), completou 12 (doze) anos, em 2020; **c)** Em 26/10/2020 foram abertas as inscrições para o Processo Eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, mandato 2021-2023, para participação dos usuários e entidades representativas dos usuários de recursos hídricos e organizações civis, sendo que as inscrições podem ser realizadas pelo e-mail da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (se.pcj@comites.baciaspej.org.br), encerrando-se o prazo em 29/12/2020. Em janeiro de 2021 será aberto o período para a inscrição das chapas e em fevereiro serão realizadas as votações; **d)** O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) promoveu, de forma *online*, o evento *Water Summit 2020*. A abertura do evento ocorreu em 08/12/2020 e contou com a participação de importantes autoridades do gerenciamento de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente. O evento teve

como objetivo capacitar e sensibilizar sobre a temática da água e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nos debates, foi destacado o importante papel dos municípios em atingirem as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A cerimônia de abertura do evento contou com a participação do Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e do Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; **e)** Foram realizados, entre os dias 17 e 19 de novembro, o II *SUSTENTARE* (Seminário de Sustentabilidade) e o V *WIPIS* (*Workshop* Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos). Os eventos tiveram como principal objetivo discutir, estabelecer parâmetros e promover trocas de experiências entre agentes e pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre sustentabilidade, indicadores e gestão de recursos hídricos. O evento teve como organizadores a Pontifícia Universidade Católica - Campus Campinas (PUC-Campinas), a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP), a Fundação Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ por intermédio das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); **f)** A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) realizou, em 24/11/2020, o *Webinar* II - “Inovação e tecnologias no monitoramento da qualidade das águas e previsões hidrometeorológicas”. O evento contou com a participação de representantes do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da Universidade de São Paulo (FCTH/USP) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB); **g)** A Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), realizou, em 16/11/2020, oficina *online* com o tema “Experiências e Perspectivas sobre Gestão da Implementação de Planos de Recursos Hídricos”. O objetivo principal do evento foi reunir experiências dos atores envolvidos no planejamento de recursos hídricos relacionadas à gestão e acompanhamento da implementação de Planos de Recursos Hídricos, como subsídio à elaboração, pela CT-PB, de uma proposta para a gestão da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035; **h)** Em 02/12/2020, a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) realizou *webinar* com o tema “Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035: conhecer para implementar”. O objetivo principal do evento foi divulgar para os membros dos Comitês PCJ e demais atores potencialmente envolvidos na implementação do Plano as prioridades, ações, metas, diretrizes e recomendações do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, e também recolher sugestões e propostas para a operacionalização de seu processo de implementação; **i)** Após as tramitações regimentais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e procedimentos administrativos no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), foi publicada a Resolução CNRH nº 218, de 2 de dezembro de 2020, que prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias PCJ do exercício das funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ até 31 de dezembro de 2035; **j)** Foi

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

- realizada em 30/11/2020, por videoconferência, a 6ª
- 155 Reunião das Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê. Estavam presentes 5 (cinco) CBHs (Alto Tietê - AT; Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, Sorocaba e Médio Tietê - SMT, Tietê-Batalha - TB, e Tietê-Jacaré - TJ) e 3 (três)
- 160 Fundações Agências de Bacias Hidrográficas (FABH-AT, FABH-SMT e FABH-PCJ). Os trabalhos consistiram na instituição dos Grupos de Trabalho (GTs) relacionados à execução das ações propostas pelos CBHs da Bacia do Rio Tietê no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)
- 165 2020-2023 e na revisão das metas dessas ações; **k**) O Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH) promoveu, em 26/11/2020, por videoconferência, sua 1ª Reunião Ordinária de 2020, contando com a participação de representantes de 16
- 170 (dezesseis) dos 21 (vinte e um) CBHs paulistas. A reunião contou, também, com a participação do Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Sr. Rui Brasil Assis. Dentre as decisões tomadas, constam a aprovação do novo Regimento Interno do FPCBH e a criação de
- 175 Grupos de Trabalho (GTs) para discussão de temas propostos pelos membros para o ano de 2021; **l**) O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) realizou, em 01/12/2020, a sua 1ª Reunião Extraordinária de 2020. Nova reunião do CRH está programada para ocorrer em
- 180 17/12/2020, às 9h, pela plataforma de videoconferência *Microsoft Teams*; **m**) Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas, que cumprimentou a todos e informou que o Fórum Nacional de Comitês de Bacias
- 185 Hidrográficas (FNCBH) realizou, em 03/12/2020, por meio de plataforma digital, sua Assembleia Geral Ordinária. Além do Sr. Rodrigo estavam presentes no evento, representando os Comitês PCJ, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação dos
- 190 Amigos do Horto "Navarro de Andrade" (AAMHOR) e o Sr. Sidney José da Rosa, Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício do PCJ FEDERAL. Informou, também, que entre os dias 1 e 3 de dezembro, por meio de plataforma digital, em decorrência das medidas sanitárias
- 195 impostas pelas autoridades para o controle da Covid-19, foi realizado o XXII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) e que, no âmbito do processo de revisão do Regimento Interno do FNCBH, foi elaborada minuta de nova redação, que será encaminhada
- 200 via digital a todos os CBHs do Brasil para contribuições.
- 2.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e passou aos
- 205 informes da Agência das Bacias PCJ: **a**) O lançamento do projeto "PCJ Virtual" ocorreu em 04/12/2020 pela internet, através do *website* da Fundação Agência das Bacias PCJ (<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/pcj-virtual/>). Trata-se de um projeto da Câmara Técnica de Educação
- 210 Ambiental (CT-EA) e da Fundação Agência das Bacias PCJ, com o apoio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA), que utiliza a ferramenta de realidade virtual e de jogos eletrônicos para disseminar conhecimentos e a conscientização em torno
- 215 da proteção dos mananciais. O jogo eletrônico denominado de "Tesouro das Águas" proporciona ao usuário uma descida virtual de bote desde as nascentes mais distantes do Rio Piracicaba, na zona rural de Sapucaí-Mirim/MG (Bairro Juncal), pelas águas do Rio
- 220 Camanducaia até o encontro com o Rio Jaguari, no município de Extrema/MG, passando pelas represas do Jaguari/Jacareí (Sistema Cantareira) e chegando a Piracicaba/SP. A versão *online* do "PCJ Virtual" foi adaptada para que o usuário possa realizar o passeio de
- 225 barco pelos principais pontos das Bacias PCJ utilizando apenas o aparelho celular, sem a necessidade da utilização de óculos de realidade virtual; **b**) Foi aprovada e publicada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a Resolução ANA nº 53, de 4 de dezembro
- 230 de 2020, que regulamenta a modalidade de Chamamento Público de Projetos, prevista no art. 7º da Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019, para financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos. O Chamamento Público de Projetos, conforme a Resolução ANA nº 53/2020 será a nova
- 235 metodologia que a Fundação Agência das Bacias PCJ adotará a partir de 2021 para o financiamento de projetos com a utilização de recursos da cobrança federal, sendo possível, a partir da norma, a aplicação de recursos na modalidade reembolsável; **c**) Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra para a Srª. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que desde o mês de outubro de 2020 a Fundação Agência das
- 245 Bacias PCJ disponibilizou formulário eletrônico via e-mail para a participação dos membros dos plenários dos Comitês PCJ na pesquisa de avaliação do desempenho da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária, nas Bacias PCJ, referente ao Indicador 5A
- 250 (Reconhecimento Social) do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, referente ao exercício de 2020. A Srª. Patrícia solicitou aos membros dos plenários dos Comitês PCJ que ainda não responderam à pesquisa que o façam até 31 de dezembro de 2020; **d**) Os 5 (cinco) cadernos
- 255 temáticos, elaborados durante o processo de elaboração do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 estão sendo atualizados em alinhamento com o conteúdo do Relatório Final aprovado. Assim que a atualização for concluída todos os membros dos Comitês PCJ serão comunicados com
- 260 orientações para o acesso às publicações; **e**) Foi concluído o conteúdo e a diagramação da Revista "Gestão das Bacias PCJ 2020" (ano base 2019) pela Fundação Agência das Bacias PCJ. A revista é uma publicação que objetiva informar aos cidadãos sobre a situação da gestão dos
- 265 recursos hídricos, relatar como têm sido aplicados os recursos provenientes das Cobranças PCJ (estadual e federal), informar sobre os empreendimentos financiados e, também, acerca de aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. A revista já se encontra disponível e pode ser acessada no website da
- 270 Fundação Agência das Bacias PCJ pelo link (https://www.agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Revista_Bacias_PCJ_nova-versao_menu_navegavel.pdf); **f**) A Fundação Agência das Bacias PCJ, juntamente com a diretoria dos Comitês PCJ,
- 275

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

enviou contribuições para a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) do Estado de São Paulo relativas à proposta de redistribuição dos recursos financeiros da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) no Estado de São Paulo, levando em consideração os critérios para a disponibilização dos recursos financeiros e as necessidades de cada comitê. O assunto também debatido no âmbito do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH), sendo criado um Grupo de Trabalho (GT) denominado de GT-CFURH para fomentar as discussões sobre o assunto e propor contribuições para 2021; **g**) Na sequência, a Sr^a. Patrícia passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que o Novo Contrato de Gestão 2021-2025 a ser celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) encontra-se em fase final de formalização junto a ANA; **h**) Em seguida, o Sr. Ivens informou sobre a alteração do envio de boletos para os usuários da cobrança paulista a partir de 2021. A Fundação Agência das Bacias PCJ emitirá os boletos, a partir de 2021, com vencimento entre os meses de abril e novembro, totalizando 8 (oito) parcelas. Desse modo, não haverá mais a sistemática anteriormente realizada com o envio de dois lotes de boletos. Os motivos para a alteração do procedimento são (i) a redução de custos operacionais para a Fundação Agência das Bacias PCJ; (ii) a simplificação do processo com a eliminação de dois lotes de boletos e a cobrança do primeiro lote com base na média mensal do ano anterior; (iii) tratar-se de prática já adotada em outros comitês do Estado de São Paulo; (iv) buscar padronização com o processo da cobrança federal, facilitando o processo para os usuários que realizam o pagamento das duas cobranças (estadual e federal). Vários meios de comunicação serão utilizados para comunicar aos usuários sobre a nova sistemática de cobrança adotada pela Fundação Agência das Bacias PCJ. **2.3. dos Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti abriu a palavra aos membros dos plenários para a apresentação de informes: **a**) O Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), cumprimentou a todos e apresentou um balanço das atividades da CT-MH referentes ao quarto ciclo de gestão do Sistema Cantareira quanto ao previsto nas Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nºs 925 e 926 de 2017. O Sr. Alexandre enfatizou que o ano de 2020 apresentou estiagem muito severa nas Bacias PCJ, com volumes de precipitação abaixo da média histórica para o período, e destacou que os dados da rede telemétrica dos postos monitorados nas Bacias PCJ podem ser acessados por qualquer cidadão através do *website* Sala de Situação PCJ, pelo link (<https://www.sspcj.org.br/index.php/redes-telemetricas>). A apresentação dos dados da rede telemétrica pode se dar por meio de interface gráfica, proporcionando melhor visualização, integração e interpretação dos dados disponibilizados. Tal ferramenta está disponível para acesso através do link https://www.saisp.br/geral/f_sala_situacao_pcj.jsp?fn=pcj_vazao.svg. O Sr. Alexandre afirmou a importância da

conclusão dos trabalhos relacionados à execução da limpeza da calha do Rio Atibainha, no município de Nazaré Paulista/SP, o qual é um importante canal de escoamento das vazões a jusante do Reservatório Atibainha (Sistema Cantareira). Durante os trabalhos da limpeza mencionada foram removidas aproximadamente 540 (quinhentos e quarenta) toneladas de resíduos sólidos, melhorando dessa forma o trânsito da água até o Rio Atibaia. Na sequência, lembrou a todos que a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017, que dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira, estabeleceu, para fins de operação, dois períodos hidrológicos distintos: o período úmido, compreendido entre o dia 1 de dezembro de um ano e o dia 31 de maio do ano seguinte, período em que a gestão das descargas do Sistema Cantareira será realizada pelos gestores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); e o período seco, compreendido entre o dia 1 de junho e o dia 30 de novembro do mesmo ano, em que a gestão das descargas do Sistema Cantareira será realizada pela CT-MH dos Comitês PCJ. Assim, entre o período de junho a novembro de 2020, atendendo às regras operativas já estabelecidas para a gestão do Sistema Cantareira, foram emitidos pelos órgãos gestores, após indicação dos Comitês PCJ, um total de 45 (quarenta e cinco) comunicados de alteração de descargas, correspondendo a 78 (setenta e oito) manobras de abertura/fechamento das comportas dos reservatórios do sistema. O Sr. Alexandre afirmou que a partir da gestão compartilhada implantada pela nova outorga do Sistema Cantareira tem ocorrido maior descarga para as Bacias PCJ durante os períodos hidrológicos secos, garantindo, desse modo, maior segurança hídrica para a região. Nos períodos secos, após a nova outorga, registrou-se descarga média para as Bacias PCJ de 5,71 m³/s (cinco mil e setecentos e dez litros de água por segundo) em 2017; 6,05 m³/s (seis mil e cinquenta litros de água por segundo) para 2018; 8,25 m³/s (oito mil e duzentos e cinquenta litros de água por segundo) para 2019 e de 9,70 m³/s (nove mil e setecentos litros de água por segundo) para 2020, com máxima, considerados os quatro anos, de 13,0 m³/s (treze mil litros de água por segundo). Para o ano de 2020, levando em consideração fatores como a ocorrência de estiagem severa, níveis de precipitação abaixo da média, elevação média das temperaturas para o período, e o emprego de medidas sanitárias para o controle da Covid-19, houve um aumento do consumo de água pela população em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento), em um período de criticidade em relação à disponibilidade hídrica para atendimento das demandas. O Sr. Alexandre enfatizou que os principais desafios e perspectivas para 2021 compreendem a redução da variação dos níveis dos rios, com destaque para os avanços regulatórios na operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a evolução das ferramentas hidrometeorológicas e de modelos com a simulação de descargas e período de trânsito, evolução da análise sobre a população das Bacias PCJ que não é beneficiada diretamente pelas descargas do Sistema Cantareira, e a promoção de discussões em relação à ocorrência de alterações nos cenários hidrológicos e climatológicos

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

severos; **b)** O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), parabenizou a todos os membros dos Comitês PCJ pelos resultados positivos obtidos em 2020 e informou que o Consórcio PCJ coordenou a organização e realização do *Water Summit 2020*, como informado anteriormente pelo Sr. Moretti. O Sr. Francisco agradeceu o empenho dos membros dos Comitês PCJ que participaram do evento na qualidade de palestrantes e puderam contribuir com as discussões. O evento ocorrerá até 18/12/2020 e as inscrições poderão ser realizadas através do *website* do Consórcio PCJ, pelo endereço <https://agua.org.br/>. O Sr. Francisco informou que no encerramento do evento, em 18/12/2020, o Consórcio PCJ fará o lançamento da publicação digital “As Mudanças Climáticas e os Impactos à Gestão das Bacias Hidrográficas”. Na sequência, o Sr. Francisco informou que o Consórcio PCJ, juntamente com a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), estão disponibilizando para os prefeitos eleitos e reeleitos para o mandato 2021-2024 um informativo sobre a atuação de cada uma das instituições que atuam na gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ; **c)** A Sr^a. Sarah Janaina Menuzzo Quental, Diretora Técnica I, da Diretoria da Bacia do Médio Tietê (BMT) do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), apresentou relatório gerencial da atuação do DAEE-BMT nas Bacias PCJ em 2020, com foco nos processos de outorga e fiscalização. Foi contabilizado um total de 3.835 (três mil e oitocentos e trinta e cinco) requerimentos submetidos à análise e que geraram atos pelo DAEE, com 81% (oitenta e sete por cento) destes sendo realizado pelo Sistema de Outorga Eletrônica (SOE) e 19% (dezenove por cento) por meio de processo físico. Dos processos físicos, foram concedidas outorgas para 41 (quarenta e um) usos e 39 (trinta e nove) interferências em recursos hídricos. Dispensas de outorga foram concedidas a 23 (vinte e três) usos e 246 (duzentos e quarenta e seis) interferências. Já quanto aos processos tramitados pelo SOE, foram emitidas outorgas para 1.297 (mil duzentos e noventa e sete) usos e 121 (cento e vinte e um) interferências. As dispensas de outorga emitidas foram de 670 (seiscentos e setenta) para usos e de 260 (duzentos e sessenta) para interferências. Em relação aos usos ativos registrados no Sistema para Declaração das Condições de Uso de Captações (SiDeCC), constam 366 (trezentos e sessenta e seis) captações superficiais e 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) captações subterrâneas. Foram realizados 340 (trezentos e quarenta) atos fiscalizatórios em campo em 2020 nas Bacias PCJ. Dentre eles, 85% (oitenta e cinco por cento) foram realizadas por meio de contrato celebrado entre o DAEE e a Fundação Agência das Bacias PCJ, com atividades de campo realizadas até 23/03/2020, em decorrência das medidas restritivas impostas para o controle sanitário da Covid-19. Quanto à classificação dos atos fiscalizatórios, 166 (cento e sessenta e seis) resultaram em autos de inspeção, 136 (cento e trinta e seis) em advertências e 38 (trinta e oito) em multas. As fiscalizações realizadas via SiDeCC foram

830 (oitocentos e trinta), com 494 (quatrocentos e noventa e quatro) advertências, 277 (duzentos e setenta e sete) multas por não declaração, e 59 (cinquenta e nove) multas por desacordo com a outorga. As fiscalizações realizadas em 2020 na Bacia do Médio Tietê (BMT) com a aplicação de multas arrecadaram o valor de R\$ 353.882,15. (trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quinze centavos), considerando as Bacias PCJ e a Bacia dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (SMT). Foram submetidos ao DAEE-BMT, por meio do SOE, cerca de 3.922 (três mil, novecentos e vinte e dois) requerimentos para análise, sendo 2.930 (dois mil, novecentos e trinta) localizados nas Bacias PCJ. **3. Assuntos a deliberar.** O Sr. Moretti passou para os itens a deliberar. **3.1. Apreciação das Atas da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 31/08/2020 por videoconferência; e da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 13/10/2020 por videoconferência.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, o Sr. Moretti questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo também aprovado por unanimidade. **3.2. Referenda de ato dos presidentes dos Comitês PCJ.** Ato contínuo, o Sr. Luiz Roberto Moretti explicou que em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. Na sequência, passou ao detalhamento da deliberação *ad referendum* a ser referendada: **a) Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 338/20, de 22/10/2020:** O Sr. Luiz Roberto Moretti expôs que a Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 338/2020, de 22/10/2020, trata da aprovação da minuta do Contrato de Gestão e respectivos Anexos I (Termo de Referência) e II (Programa de Trabalho) a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), com anuência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), para o período de 2021 a 2025. **b) Aprovação da minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da deliberação *ad referendum*, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 339/2020, de 11/12/2020, que referenda ato dos Presidentes dos Comitês PCJ em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.3 Apreciação da minuta de Deliberação que altera as alíneas “a” e “b”, do**

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

520 **inciso II, do §1º do art. 7º da Deliberação dos Comitês**
PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. O Sr. Luiz Roberto
Moretti expôs que foi detectado pela Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ a necessidade de se prever a
continuidade das ações da Comissão Eleitoral dos
525 Comitês PCJ para o mandato 2021-2023 nos casos de
ausência ou impedimento do seu coordenador, designado
conforme o inciso I do §1º do artigo 7º da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. Desse modo, a
referida minuta de deliberação determina que o
530 Secretário-executivo dos Comitês PCJ substituirá o
coordenador da Comissão Eleitoral em seus impedimentos
e ausências, e que o Secretário-executivo adjunto do
CBH-PCJ substituirá o coordenador em seus
impedimentos e ausências, nos casos em que também
535 ocorrerem impedimentos e ausências do Secretário-
executivo dos Comitês PCJ. Posteriormente aos
esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti
abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não
havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação
540 a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 340/2020, de
11/12/2020, que altera as alíneas “a” e “b”, do inciso II,
do §1º do art. 7º da Deliberação dos Comitês PCJ nº
334/2020, de 31/08/2020, a qual foi aprovada por
unanimidade. **3.4 Apreciação da minuta de Deliberação**
que aprova os Pareceres Técnicos GT-
Empreendimentos nºs 02/2020 e 03/2020, sobre o
empreendimento Centro Empresarial Espaço Gaia
Théia, no município de Jarinu/SP. O Sr. Luiz Roberto
Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
550 FEDERAL, informou tratar-se da minuta de deliberação
que aprova os Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos
nº 02/2020 e nº 03/2020, sobre o empreendimento “Centro
Empresarial Espaço Gaia Théia”, no município de
Jarinu/SP. Tal minuta fora apreciada pela Câmara Técnica
555 de Planejamento (CT-PL) em sua 54ª Reunião
Extraordinária, realizada em 22/10/2020, por
videoconferência. Porém, após a apreciação, foi expedido
o Parecer Técnico nº 03/2020, sendo sua menção, portanto,
incluída à redação. O Parecer Técnico GT-
560 Empreendimentos nº 02/2020 considerou como atendidas
todas as ações solicitadas pelo GT para a emissão da
Licença Prévia (LP) do empreendimento. Entretanto, logo
após a aprovação da referida minuta de deliberação, foi
protocolada pelo empreendedor, junto à Secretaria
565 Executiva dos Comitês PCJ, complementação referente ao
Programa de Educação Ambiental, conforme solicitado
pelo Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020,
referente à fase de Licença de Instalação (LI). A Câmara
Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês
570 PCJ realizou análise da complementação apresentada pelo
empreendedor, em resposta ao Parecer Técnico GT-
Empreendimentos nº 02/2020, encaminhando parecer à
coordenação do GT-Empreendimentos. O Sr. Moretti
informou que após a análise realizada pela CT-EA, foi
575 elaborado pela coordenação do GT-Empreendimentos o
Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2020, sendo
consideradas atendidas todas as solicitações sugeridas
para a emissão da Licença de Instalação (LI) do
empreendimento em questão. Desse modo, tratando-se do
580 mesmo empreendimento em análise, foi realizada a

inclusão do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº
03/2020 à mesma minuta de deliberação que aprova o
Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020,
ficando constantes, com a inclusão, os Pareceres Técnicos
585 GT-Empreendimentos nos 02/2020 e 03/2020, que
atestam, respectivamente, o cumprimento das
condicionantes apresentadas pelo GT ao empreendedor
relativas às fases de LP e LI. A minuta de deliberação
alterada fora apreciada pela CT-PL em sua 79ª Reunião
590 Ordinária, realizada em 12/11/2020, por videoconferência.
Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da
minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações
dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti
submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês
595 PCJ nº 341/2020, de 11/12/2020, que aprova os Pareceres
Técnicos GT-Empreendimentos nºs 02/2020 e 03/2020,
sobre o empreendimento “Centro Empresarial Espaço
Gaia Théia”, no município de Jarinu/SP, sendo aprovada
por unanimidade. **3.5 Apreciação de minuta de**
Deliberação que cria, no âmbito da CT-PL, o Grupo
de Trabalho para a Integração de Ações das Câmaras
Técnicas dos Comitês PCJ – GT-Integração. Na
sequência, o Sr. Luiz Roberto Moretti passou a palavra
para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-
600 executivo adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da Câmara
Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), que expôs que a
minuta de deliberação em questão se refere à criação, no
âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), do
Grupo de Trabalho para Integração de Ações das Câmaras
610 Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, denominado de GT-
Integração, de caráter permanente, e que terá como
objetivo a integração e a articulação das ações das demais
CTs, bem como a consolidação de propostas oriundas das
CTs visando sua submissão à apreciação dos Plenários dos
615 Comitês PCJ, conforme atribuição da CT-PL prevista no
artigo 8º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de
04/12/15. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o
conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para
manifestações dos presentes. Não havendo manifestações,
620 o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação
dos Comitês PCJ nº 342/2020, de 11/12/2020, que cria, no
âmbito da CT-PL, o Grupo de Trabalho para a Integração
de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-
Integração), a qual foi aprovada por unanimidade. **3.6**
Apreciação de minuta de Deliberação que aprova a
realização de etapas do processo eleitoral dos Comitês
PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato
2021-2023 por meio de participação não presencial e
dá outras providências. O Sr. Luiz Roberto Moretti,
630 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e coordenador
da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), que
lembrou a todos que a Deliberação dos Comitês PCJ nº
635 334/20, de 31/08/2020, aprovou o calendário, regras,
edital com procedimentos eleitorais e constituiu a
Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ
(CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2021-2023,
e que seu artigo 9º faculta a realização das reuniões,
640 votações e assembleias por meio da participação não
presencial de seus membros e convidados, mediante

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

decisão dos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL sobre o assunto. Diante do exposto, a minuta de deliberação em discussão propõe a aprovação da realização, em formato não presencial, por meio de participação *online* utilizando plataforma digital, das reuniões, votações, assembleias e demais atividades integrantes do processo eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2021-2023. Prevê, contudo, que caso venham a ser estabelecidas medidas relacionadas à flexibilização das atuais condições de enfrentamento da pandemia de Covid-19, respeitadas as orientações das entidades governamentais afetas à matéria, as etapas do processo eleitoral poderão, a critério da Comissão Eleitoral, ser realizadas de maneira presencial, ficando a cargo da Diretoria dos Comitês PCJ a divulgação da decisão. Prevê, também, que a Fundação Agência das Bacias PCJ será responsável por providenciar suporte técnico e operacional ao processo, bem como por elaborar documentação técnica, que, após aprovação da Comissão Eleitoral, será disponibilizada no seu sítio eletrônico e no dos Comitês PCJ, contendo definições e orientações sobre a plataforma digital a ser utilizada e os procedimentos específicos a serem adotados para a adequada realização, em formato não presencial, das etapas do processo eleitoral. O Sr. André informou que já está sendo elaborada minuta de nota técnica para ser apresentada à Comissão Eleitoral. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 343/2020, de 11/12/2020, que aprova a realização de etapas do processo eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2021-2023 por meio de participação não presencial e dá outras providências, sendo aprovada por unanimidade. **3.7. Apreciação de minuta de Deliberação sobre Parecer Técnico da CT-MH referente à condicionante prevista à SABESP no artigo 11 da Resolução Conjunta ANA/DAEE 926/17 e que trata da avaliação do Relatório Final Volumes de Espera e Operação de Cheias do Sistema Cantareira.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a referida minuta de deliberação trata da aprovação do Parecer Técnico (PT) nº 005/2020 emitido pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), referente ao Relatório Final encaminhado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para atendimento da condicionante da outorga do Sistema Cantareira constante no art. 11 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017, a respeito da qual já fora expedida, em 14/12/2018, a Deliberação dos Comitês PCJ nº 305/2018. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que explicou que a condicionante expressa no art. 11 determina que “a SABESP deverá apresentar, no prazo de até 12 (doze) meses, para aprovação da ANA e do DAEE, ouvidos os Comitês PCJ e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-

AT), plano de operação dos reservatórios durante o período de cheias, observando as condições de operação estabelecidas pela ANA e pelo DAEE em resolução específica”. O Sr. Alexandre explicou que o parecer técnico apresenta avaliação quanto aos itens constantes no Parecer Técnico CT-MH nº 002/2018, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 305/2018, e outros itens a serem considerados pelos órgãos gestores. Após os esclarecimentos sobre o conteúdo da deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 344/2020, de 11/12/2020, que aprova o Parecer Técnico da CT-MH sobre o cumprimento da condicionante estabelecida no artigo 11 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17, sendo aprovada por unanimidade. **3.8 Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021-2025.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, relembrou a todos que o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) vigente, válido para o período de 2017 a 2020, encerra-se em 31/12/2020. Assim sendo, e, tendo em vista que dentre as obrigações estabelecidas no Contrato de Gestão e seus respectivos Anexos I e II, firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), consta que cabe à Agência das Bacias PCJ a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período 2021 a 2025, foi elaborada, pela entidade, proposta aos Comitês PCJ. Dito isso, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que passou a tratar do processo de elaboração do PAP-PCJ 2021-2025. O Sr. Ivens explicou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) promoveu alteração da metodologia de elaboração do PAP, propondo um modelo padronizado a ser utilizado por todas as entidades delegatárias (EDs). Dentre as mudanças advindas do novo modelo, o horizonte de planejamento passa de 4 (quatro) anos para 5 (cinco) anos, e as ações passam a ter metas físicas, além de financeiras, passando a ser agrupadas em finalidades e programas. As mudanças propostas pela ANA em prol da padronização dos PAPs das EDs buscou o atendimento a exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), voltadas ampliar a transparência em relação às ações e aos investimentos realizados com recursos financeiros públicos aplicados em recursos hídricos. O Sr. Ivens destacou, também, que com o novo formato do PAP, passará a ser elaborado, complementarmente, um Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), que detalhará, anualmente, as ações previstas no PAP a serem desenvolvidas naquele período. As ações constantes do PAP-PCJ 2021 serão custeadas com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal). Na sequência, explicou que a diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ participou junto à ANA das discussões para a padronização do novo modelo de PAP a ser

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

- executado pelas entidades delegatárias. Além das novidades já mencionadas, o Sr. Ivens informou que as características do novo PAP passaram a ser semelhantes às do Plano Plurianual (PPA) adotado na administração pública, e que o custeio administrativo das ED passa a ser incluído como uma finalidade. Na sequência, o Sr. Ivens passou a palavra para a Sr^a. Aline Doria de Santi, analista técnica da Coordenação de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, que passou ao detalhamento do PAP-PCJ 2021-2025, informando que o documento define 4 (quatro) finalidades, 17 (dezesete) programas e 64 (sessenta e quatro) ações. A Sra. Aline explicou sobre o detalhamento das 4 (quatro) finalidades do PAP, como segue: (01) Gestão de Recursos Hídricos, relativa à realização de ações com vistas à implementação dos instrumentos de gestão e ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); (02) Agenda Setorial, relativa a programas de execução finalística e que têm elevada dependência de articulação com um ou vários setores de usuários; (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), relativa ao provimento ao CBH de condições necessárias ao desenvolvimento de sua agenda de trabalho e cumprimento de suas atribuições legais; (04) Manutenção do CBH e da ED, relativa à manutenção do custeio administrativo do CBH e da ED, com os recursos da cobrança, dentro do limite de valores previstos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Quanto à situação das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, o total cobrado em 2020 foi de R\$ 24.235.188,56 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) na Cobrança PCJ Federal, e de R\$ 19.604.990,67 (dezenove milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e noventa reais e sessenta e sete centavos) na Cobrança PCJ Paulista, com inadimplência representando 13% (treze por cento) do valor boletado para a cobrança federal e 8% (oito por cento) para a cobrança paulista. Na sequência, a Sr^a. Aline elencou os principais fatores considerados para a elaboração e planejamento do PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, conforme segue: (i) ações elencadas como prioritárias no Plano de Bacias PCJ para o período de 2020 a 2035; (ii) comportamento da arrecadação das Cobranças PCJ (federal e paulista) nos últimos anos (inadimplência e pagamentos em juízo realizados pela SABESP relativos ao Sistema Cantareira); (iii) recursos remanescentes para investimento do PAP-PCJ 2017-2020; (iv) avaliação das atividades de natureza contínua em andamento e remuneradas com recursos da cobrança federal; (v) avaliação das possibilidades de contratações de ações com recursos da cobrança paulista a partir das regras estabelecidas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), incluindo a Fundação Agência das Bacias PCJ como tomadora de recursos financeiros. A composição dos valores anuais para o PAP-PCJ 2021-2025 apresenta valores totais de R\$ 23.113.062,10 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e dez centavos) para o ano de 2021; R\$ 13.972.570,32 (treze milhões, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta reais e trinta e dois centavos) para o ano de 2022; R\$ 14.736.581,14 (quatorze milhões, setecentos e trinta e
- 825 seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e quatorze centavos) para o ano de 2023; R\$ 15.469.949,46 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos) para o ano de 2024; R\$ 16.231.686,55 (dezesesse milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para o ano de 2025, com o montante para o período de 5 (cinco) anos totalizando R\$ 83.523.849,58 (oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). A Sr^a. Aline explicou que este total apresenta-se distribuído, de forma detalhada, para os programas das 4 (quatro) finalidades do PAP-PCJ 2021-2025, da seguinte forma: R\$ 39.465.894,02 (trinta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para a finalidade (01) Gestão de Recursos Hídricos, correspondendo a 47% (quarenta e sete por cento) do total dos recursos; R\$ 22.828.866,84 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) para a finalidade (02) Agenda Setorial, correspondendo a 27% (vinte e sete por cento) do total dos recursos; R\$ 15.177.300,00 (quinze milhões, cento e setenta e sete mil e trezentos reais) para a finalidade (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica, correspondendo a 18% (dezoito por cento) do total dos recursos; e R\$ 6.051.788,74 (seis milhões, cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) para a finalidade (04) Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária, correspondendo a 7% (sete por cento) do total dos recursos. Por fim, a Sr^a. Aline teceu considerações gerais sobre o novo PAP-PCJ informando que o mesmo será focado em ações de gestão em recursos hídricos, sendo contemplada a alocação de aproximadamente metade do total dos recursos financeiros que serão arrecadados para o horizonte de planejamento de 5 (cinco) anos; que a estratégia para financiamento das ações contínuas, anteriormente previstas pela cobrança federal, serão transferidas para a cobrança estadual paulista; que temporariamente não haverá a alocação de recursos financeiros da cobrança federal para projetos de demanda espontânea, até que os recursos pagos em juízo pela SABESP (Sistema Cantareira/Transposição) sejam liberados para uso da Fundação Agência das Bacias PCJ; e que anualmente será aprovado o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) com o detalhamento das ações a serem contratadas em cada ano do PAP. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/2020, de 11/12/2020, que aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, e dá outras providências, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.9 Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ para o exercício 2021.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou
- 885

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

que o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) é um novo instrumento orçamentário, vinculado ao Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021 a 2025, que contém o detalhamento anual das ações a serem executadas tanto de investimentos quanto de custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, passou a palavra para a Sr^a. Aline Doria de Santi, analista técnica da Coordenação de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que as ações constantes do POA-PCJ 2021 serão custeadas com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal), que se encontram distribuídos na proposta do POA-PCJ 2021 da seguinte forma: R\$ 9.660.000,00 (nove milhões e seiscentos e sessenta mil reais) para a finalidade (01) Gestão de Recursos Hídricos; R\$ 9.042.082,44 (nove milhões, quarenta e dois mil, oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para a finalidade (02) Agenda Setorial; R\$ 2.890.000,00 (dois milhões e oitocentos e noventa mil reais) para a finalidade (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica; R\$ 1.520.979,68 (um milhão, quinhentos e vinte mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) para a finalidade (04) Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária, totalizando valores para o horizonte de um ano (2021) em R\$ 23.113.062,12 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e doze centavos), conforme previsto no PAP-PCJ 2021 a 2025 para o ano de 2021. As ações priorizadas no PAP-PCJ 2021 a 2025 contém o detalhamento das ações a serem executadas em um horizonte de planejamento de 5 (cinco) anos, entretanto o POA-PCJ 2021 compreende o detalhamento anual das ações a serem executadas tanto de investimentos quanto de custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ apenas para um exercício específico. Assim, os investimentos previstos no PAP constarão apenas no(s) POA(s) de sua realização. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 346/2020, de 11/12/2020, que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ para o exercício 2021 e dá outras providências, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.10 Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ – exercício 2021.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a minuta de deliberação em questão trata da aprovação do Plano de Trabalho e da Proposta Orçamentária do Custeio Administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o exercício de 2021, especificamente do detalhamento das ações e custeio administrativo para o funcionamento e planejamento das atividades desenvolvidas pela entidade. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que o Plano de Trabalho

para o exercício de 2021 foi elaborado levando-se em consideração o projeto de desenvolvimento e planejamento organizacional, no qual foram definidos os macros objetivos e metas globais da instituição, bem como o mapeamento das ações do Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A partir das bases do Plano de Trabalho, foi realizado o detalhamento das ações, visando orientar a equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ nas tarefas cotidianas necessárias à implantação dos projetos demandados pelos Comitês PCJ, totalizando R\$ 29.655.122,23 (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e dois reais e vinte e três centavos). Informou, também, que as propostas de Plano de Trabalho e de Orçamento Anual da instituição para o exercício 2021 foram apreciadas e aprovadas em reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Agência PCJ, ocorridas respectivamente, nos dias 26/10/2020 e 27/10/2020, por videoconferência, e pela Câmara Técnica de Planejamento, em sua 79ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2020, por videoconferência. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 347/2020, de 11/12/2020, que aprova o plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2021 e dá outras providências, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.11 Apreciação da minuta do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2020 – Ano Base 2019” e da minuta de Deliberação que “Aprova o ‘Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2020 – Ano Base 2019’ das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou tratar-se de minuta de deliberação que aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020, cujo ano base é 2019. Tal relatório deve ser aprovado anualmente, conforme previsto na Lei (SP) nº 7663/1991. A Lei (SP) nº 16.337/2016 estabelece que o Relatório de Situação seja aprovado até o dia 30 de junho de cada ano, porém, em razão da pandemia de Covid-19, o Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH/SP) emitiu o Ofício Circular CRH nº 61/2020, datado de 17/04/2020, em que informa que o atendimento ao prazo legal, de 30 de junho, para a aprovação do RS em 2020 se tornou inviável, flexibilizando-a para o segundo semestre. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, analista técnico da Coordenação de Sistema de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) analisou a minuta do documento durante a sua 87ª Reunião Ordinária, realizada em 21/10/2020, por videoconferência, sendo realizadas sugestões para ajustes na minuta e expedido o Ofício CT-PB nº 007/2020 encaminhando-a, com parecer favorável, para a CT-PL, para ser apreciada durante sua 79ª Reunião Ordinária. Esta reunião ocorreu em 12/11/2020, por videoconferência, e a minuta foi aprovada por unanimidade. O RS PCJ 2020

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

(ano-base 2019) foi elaborado em uma versão simplificada, conforme metodologia apresentada pelo CRH por meio da Deliberação nº 146/12, de 11/12/2012, que estabelece os critérios, prazos e procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica. A base de dados utilizada refere-se apenas à porção paulista das Bacias PCJ (UGRHI 5) e foi fornecida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por intermédio da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi). Os dados fornecidos pela CRHi para compor o RS foram encaminhados em dois momentos aos CBHs, em 26/06/2020, e em 13/08/2020, tendo em vista a previsão de aprovação do RS nos colegiados no segundo semestre de 2020. O Sr. Diogo explanou que o RS está estruturado em 9 (nove) capítulos: (1) Introdução; (2) Caracterização da Área; (3) Síntese da Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 05; (4) Adequação do Plano de Ação e Programa de Investimentos 2020-2023; (5) Avaliação da Gestão do CBH-PCJ; (6) Retiradas do Sistema Cantareira; (7) Acompanhamento dos Empreendimentos – 2019; (8) Considerações Finais; (9) Anexos. O Sr. Diogo informou que as análises dos indicadores contidas no capítulo (3) são de grande relevância e resultam em orientações para a gestão. No capítulo (4) é realizada análise detalhada, que possibilitou o planejamento para adequação do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2020-2023. Na sequência, o Sr. Diogo apresentou alguns dados e indicadores do relatório. A respeito da disponibilidade hídrica, as Bacias PCJ apresentaram para o ano de 2019 o valor per capita de 961,29 m³/hab/ano (novecentos e sessenta e um mil e duzentos e noventa litros de água por habitante em um ano), situação classificada como crítica em relação à metodologia adotada pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) do Estado de São Paulo, que considera a referência da Organização das Nações Unidas (ONU) de limite de 1500 m³/hab/ano (um milhão e quinhentos mil litros de água por habitante em um ano), como disponibilidade hídrica *per capita*. Em relação às águas subterrâneas, destaca-se o aumento na sua demanda, o que é representativo de uma exploração progressiva dessa fonte. No entanto, apesar de contribuírem para a disponibilidade hídrica na bacia, os mananciais subterrâneos são de difícil avaliação quanto à sua situação real quanto à vazão disponível. Quanto ao balanço hídrico nas Bacias PCJ, o Sr. Diogo informou que, de acordo com os valores de referência para a vazão outorgada em relação à vazão média, a UGRHI 5 se encontra entre 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento), segundo pior patamar em cinco possíveis da classificação. A vazão outorgada total em relação à Q_{95%} e a vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial (Q_{7,10}) apresentam situação ainda mais grave, superando 100% (cem por cento) de comprometimento, com a última atingindo tal nível e apresentando piora ao longo dos últimos anos. Estes e os demais indicadores constantes no RS geram orientações para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ buscando a sustentabilidade hídrica e do sistema de gestão. O Sr. Diogo informou que o RS apresenta também a proposição

de ajustes ao Plano de Aplicação e ao Programa de Investimentos (PA/PI) das Bacias PCJ 2020-2023, conforme previsto no § 3º, artigo 2º, da Deliberação CRH “Ad Referendum” nº 224/2019, de 12/09/2019, que estabelece que as adequações e eventuais revisões dos PA/PIs deverão constar dos Relatórios de Situação das Bacias Hidrográficas. Os ajustes propostos foram os seguintes: (i) atualização dos valores arrecadados pela Cobrança PCJ Federal; (ii) atualização da previsão orçamentária na Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/20, de 31 de agosto de 2020, para o quadriênio 2020 a 2023; (iii) adequação na fonte e previsão de recursos para a execução de algumas ações; (iv) ações contratadas no Plano de Aplicação Plurianual para o quadriênio 2017 a 2020 (PAP-PCJ 2017 a 2020) realocadas para adequação e atualização no PA/PI 2020 a 2023. Na sequência, o Sr. Diogo explicou sobre o indicador de “Avaliação da Gestão” do CBH-PCJ, que para o ano de 2019, apresentou uma frequência média de participação dos membros nas reuniões de 88% (oitenta e oito por cento) e expediu 30 (trinta) deliberações. Em relação à síntese da situação da aplicação dos recursos financeiros nas Bacias PCJ, informou que a maior parcela dos investimentos voltou-se para a execução de empreendimentos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, seguido por ações de controle de perdas. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 348/2020, de 11/12/2020, que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020 - ano base 2019” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.12 Apreciação de minuta de Deliberação que aprova a alteração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou tratar-se de alteração do Plano de Ação e do Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, para o quadriênio 2020 a 2023, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/2020, de 31/08/2020, em razão de a estimativa de arrecadação pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) indicar que ela será menor do que o previsto em anos anteriores, demandando o financiamento de ações prioritárias com recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista). A seguir, passou a palavra para a Sr^a. Aline Doria de Santi, analista técnica da Coordenação de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação das alterações propostas. A Sr^a. Aline explicou que houve a necessidade da atualização do PA/PI PCJ 2020 a 2023 em função da transferência de algumas ações que anteriormente eram financiadas através da cobrança federal e agora passarão a ser financiadas através da cobrança estadual. Diante desta adequação, foi necessário realizar ajustes nos valores das

Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

- 1130 ações que anteriormente estavam previstas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/20. Também, realizou-se a atualização da estimativa de arrecadação de recursos financeiros em decorrência dos impactos causados pela pandemia de Covid-19. Na sequência, a Sr^a. Aline explicou que a Fundação Agência das Bacias PCJ também passará a atuar como tomadora de recursos financeiros do FEHIDRO, em decorrência da transferência de algumas ações que anteriormente eram financiadas através da cobrança federal e agora passarão a ser financiadas através da cobrança estadual paulista. Os recursos financeiros planejados para a execução de ações do PA/PI PCJ 2020 a 2023 totalizam R\$ 88.451.445,34 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) sendo
- 1135 R\$ 81.455.248,11 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e onze centavos) relativos à cobrança estadual paulista e R\$ 6.996.197,22 (seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e noventa e sete reais e vinte e dois centavos) relativos à Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Os recursos financeiros disponibilizados para as ações que terão municípios e outras entidades como tomadores totalizam R\$ 40.041.789,33 (quarenta milhões, quarenta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos). Os processos para pleito dos recursos serão indicados em editais com regras específicas, observando-se as prioridades estabelecidas pelo Plano das Bacias (PBH) PCJ 2020-2035, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020 de 31/08/2020. Já o montante de recursos da Cobrança PCJ Paulista previstos para ações que terão a Fundação Agência das Bacias PCJ como tomadora, as quais eram anteriormente financiadas com recursos da Cobrança PCJ Federal, totalizam R\$ 16.309.059,89 (dezesseis milhões, trezentos e nove mil, cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos). A Sra. Aline destacou que a maior parcela (39,45%) dos investimentos previstos no PA/PI PCJ 2020 a 2023 tratam de ações relativas a estudos, monitoramento e sistemas de informações. A segunda parcela mais significativa trata de ações de controle de perdas (30,82%), porém, foi destacado que isso se dá pelos investimentos em empreendimentos já indicados em 2020, da ordem de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), e que entre 2021 e 2023 não haverá mais a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para financiamento das obras de saneamento urbano, conforme o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035. Em terceiro lugar, com 20,24% dos investimentos previstos, constam as ações da Política de Mananciais PCJ, as quais eram anteriormente financiadas com recursos da Cobrança PCJ Federal e passaram a ser financiadas com recursos da Cobrança PCJ Paulista. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 349/2020, de 11/12/2020, que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, a qual foi aprovada por unanimidade.
- 1145 **3.13 Apreciação de minuta de Deliberação que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos referentes ao exercício de 2021 e dá outras providências.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL explicou que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) constituiu Grupo de Trabalho (GT), em sua 78ª Reunião Ordinária, ocorrida em 06/03/2020, e Holambra/SP, denominado GT-Critérios, para a avaliação e proposição de critérios para seleção de empreendimentos visando financiamento com recursos da Compensação Financeira/royalties (SP) do setor hidroelétrico e das Cobranças PCJ. O GT-Critérios realizou duas reuniões, em 26/10/2020 e 03/11/2020, e considerou as propostas do novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), para o período de 2021 a 2025, e de atualização do Plano de Ação e do Programa de Investimentos (PA/PI) para o quadriênio 2020 a 2023, bem como os procedimentos para operacionalização dos investimentos previstos. A seguir, passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), que informou que a minuta de deliberação em questão prevê que a aplicação dos recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) – compostos pela Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) e pela arrecadação da Cobrança Paulista – referentes à quota-parte do CBH-PCJ, e a aplicação dos recursos da Cobrança PCJ Federal, previstos para o exercício de 2021 em ações com execuções previstas no PA/PI PCJ 2020-2023 e no Plano de Execução Orçamentária Anual para o exercício 2021 (POA-PCJ 2021) – ambos assuntos discutidos e aprovados na presente reunião – será operacionalizada pela Agência das Bacias PCJ, que poderá elaborar editais específicos para a seleção de empreendimentos e tomadores de recursos, quando necessário. Os editais específicos para a seleção de empreendimentos e tomadores de recursos deverão ser publicados nos sítios eletrônicos da Fundação Agência das Bacias PCJ (<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/>) e dos Comitês PCJ (<https://www.comitespcj.org.br/>), após aprovação por meio de deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ, devendo ter prévia aprovação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. A minuta em questão define também o conteúdo mínimo que os editais específicos devem conter. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 350/2020, de 11/12/2020, que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos referentes ao exercício de 2021 e dá outras providências, a qual foi aprovada por unanimidade.
- 1200 **3.14 Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o orçamento anual das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ – exercício 2021.** O Sr. Luiz Roberto Moretti,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 24ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 11/12/2020

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou tratar-se de minuta de deliberação que aprova o orçamento para realização das atividades das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, exceto a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), para o exercício de 2021. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Rodolfo Bassani, assessor técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que a minuta de deliberação possui duas decisões que ficam estabelecidas a respeito do orçamento das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ. O artigo 1º da referida minuta trata das normas gerais e procedimentos, incluindo o orçamento anual específico para cada uma das CTs, exceto a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), como informado pelo Sr. Moretti, para o exercício de 2021, que consta no anexo da minuta em discussão. Em relação ao conteúdo estabelecido para as normas e procedimentos, o Sr. Rodolfo informou que eles foram totalmente incorporados das normas e procedimentos aprovados para o exercício de 2020, conforme consta no Anexo II da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019, sendo mantidos, portanto, os mesmos que já vinham sendo praticados anteriormente, havendo alterações apenas nos valores estabelecidos no orçamento. O artigo 2º, por sua vez, trata da alteração de redação do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17, de 15/12/2017, que estabelece regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional, passando a prever o pagamento de diárias aos membros do Grupo de Trabalho para a Integração de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-Integração) para a participação em suas reuniões,

semelhante ao que já é praticado em relação ao GT-Empreendimentos. A criação do GT-Integração foi aprovada na presente reunião. A seguir, o Sr. Rodolfo passou a apresentação dos valores previstos no orçamento constante no anexo da minuta. São 3 (três) os grupos de despesa existentes: Grupo I: despesas de viagem – subitens: diárias para membros da sociedade civil; diárias para membros das coordenações das CTs; participação no ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas) 2021; Grupo II: organização de reuniões da CT – subitens: contratação de *coffee break*; material gráfico/locação de equipamentos/outros gastos; Grupo III: organização de eventos – subitens: locação de equipamentos; gastos com palestrantes; material gráfico; *coffee break*. Estes grupos também são os mesmo que compunham o orçamento do exercício de 2020, mas com valores estabelecidos com base na configuração atual e nas demandas específicas de cada CT, ou seja, considerando o conjunto dos membros e as atividades previstas no Plano de Trabalho de cada uma delas para 2021, conforme o Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019, resultando em valores diferenciados para cada CT. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 351/2020, de 11/12/2020, que aprova o orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de 2021 e dá outras providências, a qual aprovada por unanimidade. **4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Presidente em exercício do CBH-PCJ

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1 e presidente em
exercício do PCJ FEDERAL

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1